

CNDH envia ao STF recomendações ao plano de enfrentamento da covid-19 para povos indígenas

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH apresentou ontem (17) sua manifestação nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n. 709, ajuizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e por partidos políticos.

O documento apresentado segue a determinação do ministro Luís Roberto Barroso, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que solicitou a participação do CNDH na elaboração de um plano, por parte do governo federal, de enfrentamento à mortalidade por covid-19 em povos indígenas brasileiros.

Assim, logo após a homologação do plano pelo governo federal, o CNDH elaborou uma análise e listou uma série de recomendações ao plano apresentado pela União. Os trabalhos foram realizados por um grupo de trabalho composto por diversos atores que atuam na área de proteção de direitos indígenas. Participam do grupo o presidente do CNDH, Renan Sotomayor, o conselheiro Leandro Scalabrín, o conselheiro Marcelo Chaleiro, a conselheira Luísa de Marillac, a conselheira Eneida Guimarães e a conselheira Camila Asano. Também estiveram presentes representantes da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, do Instituto Socioambiental (ISA), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - Apib, da Terra de Direitos (Maira de Souza Moreira) e do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos, bem como as consultoras e consultores da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e do próprio CNDH.

As recomendações apresentadas ao STF trataram da assistência integral e diferenciada; execução orçamentária; participação social e controle social; terras para a saúde indígena, demarcação dos territórios e barreiras sanitárias, moratória aos grandes projetos (mineração e energia); proteção social; e desintrusão de invasores de terras indígenas.

Para o presidente do CNDH, o conselho cumpre um papel fundamental ao auxiliar na efetividade do direito à saúde dos povos indígenas, que tanto tem sofrido com a covid-19. “Espera-se que as recomendações elaboradas na manifestação, construídas coletivamente pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito do conselho, sejam acolhidas pela União”, afirma Sotomayor.